

A crise hídrica não acabou, mostra o Seminário realizado na Fiesp

Situação ainda preocupa, e é importante tirar lições da falta de água em 2014/2015

O tema “Gestão da água: a crise NÃO acabou” foi escolhido para o evento anual que a Fiesp e o Ciesp realizam em comemoração ao Dia Mundial da Água, 22 de março, a fim de debater as lições aprendidas com a crise hídrica. Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, enfatizou na abertura do evento que “é preciso avaliar os desafios a serem enfrentados no planejamento de médio e longo prazo”. Para Reis, há reconhecimento quanto à existência de um avançado sistema de gerenciamento de recursos hídricos, com colegiados deliberativos, inclusive com instrumento econômico para a promoção do uso racional e eficiente da água que é a cobrança pelo seu uso. Mas ressaltou que, durante o auge da crise hídrica de 2014/2015, houve falta de coordenação e de maior envolvimento dos comitês de bacias e do Conselho Estadual nas discussões das ações emergenciais a serem adotadas. Embora o Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), tenha discutido intensamente a gestão da água e as regras de restrição para os usuários, o mesmo não aconteceu em outras bacias hidrográficas, como a do Alto Tietê e menos ainda no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), em sua opinião.

O diretor de Meio Ambiente criticou o fato de ter sido criado um comitê de crise de forma independente do sistema estadual, desconsiderando sua função de fórum de debates legalmente constituído. Outro fato relevante é que sequer foi dado conhecimento ao CRH do Plano de Contingência, desconsiderando a necessária discussão que se impunha de amplo debate com a sociedade e a devida compatibilização com o Plano Estadual de Recursos Hídricos a fim de pautar as ações e os investimentos na gestão.

Reis destacou o forte empenho da indústria a fim de reduzir a dependência desse insumo com foco no reúso, redução do consumo e aproveitamento da água de chuva. Mesmo assim, houve o registro de indústrias que foram obrigadas a paralisar suas atividades temporariamente, amargando prejuízos econômicos e sociais pela falta de água, sinalizou Reis.

Para finalizar, Nelson Pereira dos Reis reportou a iniciativa bem sucedida da Fiesp e do Ciesp com a campanha Água na Medida, com a distribuição de 1,5 milhão de kits redutores de vazão em todo o Estado de São Paulo, que somam, com 4 redutores em cada kit, 6 milhões de unidades. Os redutores permitem economia de até 50% no ponto instalado. Foram atendidos a população, de modo geral, escolas, hospitais, prefeituras e corporações como o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, entre outros.



Foto: Everton Amaro/Fiesp

Celso Monteiro de Carvalho, vice-presidente do Conselho de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), ressaltou a importância dos instrumentos de gestão previstos pelo Sistema de Recursos Hídricos os quais a indústria tem demonstrado pleno atendimento.

Água sem transparência

Sandra Akemi Shimada Kishi, procuradora regional da República, gerente do projeto Qualidade da Água, do Ministério Público Federal, listou 20 motivos que comprovam que a crise NÃO acabou. Destacou a falta de transparência e afirmou que não houve construção de cenários para cada uma das propostas de novas outorgas, para cada faixa. Também não há definição da vazão mínima dos corpos d'água para garantir qualidade nem relatórios de redução de perdas de água e propostas de seu equacionamento. Não há planos de segurança da água e demais medidas de contingência.

Em sua opinião, o comitê de bacia hidrográfica deveria ser paritário, com representação para permitir o controle social. Sem acesso à informação não haverá participação nem controle social, disse Sandra, que defendeu a criação de agenda e real engajamento para que haja diálogos inclusivos da sociedade civil na gestão hídrica e ambiental. Marussia Whately, da Aliança pela Água, entidade criada em 2014 para propor soluções para a segurança hídrica em São Paulo, disse que o aprendizado tirado da crise inclui saber que a estiagem de 2014/15 foi momento agudo, mas a crise é estrutural, por fatores como a desarticulação de políticas públicas. Ao não se preparar para emergência há o risco de adotar ações que possam piorar a situação no futuro, alertou.

Reúso de água como instrumento de gestão

No segundo painel do seminário, o foco dos convidados foi o reúso de água como instrumento de gestão. Américo Sampaio – coordenador de Saneamento do Estado de São Paulo –, deu destaque aos aspectos tecnológico e normativo e expôs que, em sua opinião, o problema é que “hoje opta-se pela gestão da oferta e não da demanda”, avaliou, indicando a falta de compatibilização diante de um consumo diário per capita de 238 litros/habitante.

Uma outra opção é o desenvolvimento tecnológico de micro, ultra e nano membranas, que oferecem qualidade superior de água que a obtida pela osmose reversa. A informação é de Ivanildo Hespanhol, diretor-presidente do Centro Internacional de Referência em Reúso de Água (Cirra) da Universidade de São Paulo (USP). “O Brasil não fabrica membranas de ultrafiltração”, pontuou, ao tratar desse e de outros sistemas avançados de tratamento.

“Hoje se fala muito no Brasil em saneamento básico, água, esgoto e resíduos sólidos, não se sabe, disse, o quanto das doenças atuais têm relação com a falta de saneamento. Londres limpou o rio Tâmesa, Paris limpou o Sena no início do século 19, e São Paulo tem o mesmo nível econômico do que elas. “Não podemos mais tolerar isto.

Cases de sucesso

O seminário trouxe cases industriais, como o da Aquapolo

e da Ecolab.

Marcos Asseburg, diretor-presidente da Aquapolo expôs o trabalho a partir do esgoto doméstico já tratado realizado pela entidade, no qual é feito novo tratamento. “É diferente de um reúso feito de modo interno exclusivamente na planta da indústria”, explicou Asseburg, “e não houve restrição ou desabastecimento em nenhum momento com a crise hídrica”.

O diretor do Aquapolo criticou a falta de incentivos fiscais e de políticas públicas. ICMS, PIS, Cofins incidem na água de reúso que tributariamente é tratada como água potável. Ele citou a necessidade de mais subsídios e linhas de financiamento para novos projetos.

Luis Gustavo Esteves Pereira, vice-presidente e gerente geral da ECOLAB, ao apresentar o trabalho da empresa fez menção ao impacto da falta de água para o setor industrial, inclusive, seu crescimento e competitividade.

Também houve a participação de Sérgio Razera, presidente da Agência das Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Em sua avaliação, é preciso caminhar para um plano diretor de reúso. “Neste país é difícil fazer gestão de recursos hídricos porque é recente a lei que criou o sistema e há dificuldade de obtenção de informações”, disse, concordando que a crise não acabou e nem deve acabar porque “isto nos ajuda a aprimorar o planejamento”.

Fonte: Solange Sólton Borges e Graciliano Toni, Agência Indusnet Fiesp

COCA-COLA FEMSA e Legal Embalagens vencem a 11ª Edição do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de água

O Prêmio Fiesp Conservação e Reúso de Água se encontra em sua 11ª edição e homenageia as empresas que adotam medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água.

Na categoria Médio e Grande Porte, a vencedora foi a Coca-Cola Femsa-Brasil, que apresentou o projeto “A fórmula nada secreta de gestão de água”, tendo como foco sua fábrica de Jundiá, onde, em média, se usa 1,41 litros de água para produzir um litro de bebida, 25% mais eficiente que a média nacional de outras indústrias de bebidas e de países como Canadá, Espanha e Alemanha, que utilizam 2,3 litros para a produção de um litro da bebida.

O projeto priorizou a eliminação de pontos de desperdício e a valorização de todas as oportunidades para melhorias com foco na multiplicidade de ações sistemáticas e contínuas. Há a preocupação com o uso consciente e eficiente dos recursos hídricos pelo fato de a água ser a principal matéria-prima da empresa.

Pelo sistema implementado, houve a redução do consumo de água em 90% no processo de sanitização, conjunto de medidas adotadas na indústria alimentícia para fabricação dentro de condições higiênicas indispensáveis. Essa redução significa economia de 13 mil m³ de água/ano.

Ainda receberam menção honrosa as seguintes empresas na categoria Médio e Grande Porte:

- Avon Industrial – Reúso de Efluentes e Comissão Interna de Conservação da Água da Unidade de Interlagos
- Bignardi Indústria e Comércio de Papéis e Artefatos –

Minimização do uso de água (Reúso) – Case Bignardi

- Bunge Alimentos – Uso da tecnologia de filtração por osmose reversa para reúso de efluentes em indústria alimentícia – Unidade Bunge Jaguaré

- Companhia Brasileira de Alumínio – Gestão de Recursos Hídricos nos processos produtivos de fundição de alumínio na unidade Votorantim Metais (CBA)

- Votorantim Cimentos – Gestão Sustentável de Recursos Hídricos da Votorantim Cimentos: Plano de Gerenciamento de Água

Na categoria Micro e Pequeno Porte, a vencedora Legal Embalagens apresentou o projeto Efluente Zero. Em seu



Entrega do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água à Coca-Cola Femsa, em sua 11ª edição.

processo produtivo, a remoção de carga térmica do sistema é realizada com água como fluido de resfriamento. A água “quente” que sai desses trocadores de calor está sendo reaproveitada. Para isso, ela segue por um equipamento de resfriamento, uma torre de resfriamento evaporativo e retorna ao circuito do processo gerando zero efluente e minimizando o uso de nova água.

Com a implantação de novo sistema, que inclui a utilização de água de chuva, diminui-se o consumo de água externa, eliminando todo o efluente, deixando inclusive de se lançar efluentes sanitários em fossa.

Ainda receberam menção honrosa as seguintes empresas na categoria Micro e Pequeno Porte:

- Condomínio Pátio Victor Malzoni – Projeto Ecomalzoni: estação de tratamento de água/ sistema de reúso
- Fundimazza Indústria e Comércio de Microfundidos (RECAF) – Reutilização e Captação de Água Fundimazza – Projeto de Redução de Consumo de Água
- Bag Cleaner Comércio e Serviços

Para esta edição do prêmio, também puderam se inscrever



Entrega do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água à Legal Embalagens, em sua 11ª edição.

empresas do setor de prestação de serviços, pois contou com parceria com o Sebrae.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

COSEMA debate resultados da COP21 e economia de baixo carbono

Novo Acordo de Paris e os resultados do encontro global foram avaliados durante reunião na Fiesp; entre as dúvidas, o cumprimento da meta brasileira

Presente na 21ª Conferência das Partes sobre o Clima em Paris, brigadeiro Aprígio Azevedo – diretor executivo de Projetos da Fiesp e integrante do Comitê de Mudança do Clima da entidade - destacou que durante a conferência 40 mil pessoas discutiram as questões pertinentes ao clima, contando com representantes de 195 países, mais a União Europeia, representando quase duas dezenas de países.

Para ele, a mudança do clima tem ganhado cada vez mais destaque na agenda mundial. Apesar de o texto final ter algumas fragilidades, sua avaliação é que a liderança da França foi crucial para que se alcançasse um documento universal sobre a redução dos gases de efeito estufa (GEE). Foi um contraponto forte em relação a Quioto, quando não se obteve unanimidade.

Para Azevedo, a redução proposta pelo Brasil de 37% nas emissões em relação à 2005 deverá ser alcançada especialmente com a redução do desmatamento e o incremento da matriz energética limpa e baseada em fontes alternativas e renováveis. “Este é ponto em que a Fiesp pode contribuir, identificando “janelas de oportunidades”, quando se sinaliza para a construção de uma economia de baixo carbono”, avaliou o brigadeiro Aprígio Azevedo.

Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) ressaltou a importância do tema e defendeu que, considerando que os debates nesse sentido foram estabelecidos há anos, o tema deveria receber muito mais visibilidade.

As discussões sobre a agenda climática serão intensificadas na Fiesp, especialmente quanto a temas como impactos da precificação, eficiência energética e governança. A ênfase foi dada por Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp e integrante do Comitê de Mudança do Clima da entidade. Quanto à COP21, Reis frisou a participação do setor energético, inclusive o petrolífero, que aderiu ao Acordo, assumindo compromissos efetivos.

Para Fabio Feldmann – ambientalista, ex-secretário e político, outro dos debatedores, “a agenda do Brasil precisa incluir a governança, que não é mais tema de meio ambiente, mas também de economia, e de uma economia inclusive florestal”. Em sua avaliação é preciso levar em conta as vantagens comparativas e competitivas. Ele ainda alertou que o Brasil não trabalha com foco em eficiência energética, o que deve ser corrigido.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp



Reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp.

Fiesp e Ciesp lançam o Monitore – Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais em reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP)

Sistema é gratuito e exclusivo para associados do Ciesp e de sindicatos patronais filiados à Fiesp

Plataforma digital criada para auxiliar o gerenciamento de obrigações ambientais, provido de sistema de alerta para o atendimento das principais demandas legais em seus respectivos prazos, o sistema Monitore foi lançado em reunião da Caip, que ocorreu na tarde de quinta-feira (31/03/16) com representantes de diversas associações e sindicatos da indústria.

O usuário cadastrado, receberá alertas por e-mail com a data de vencimento da obrigação, podendo também monitorar pelo sistema seu status de cumprimento, além de gerar relatório gerencial.

O sistema possui obrigações pré-agendadas referentes a diversos órgãos, tais como:

- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
- Cetesb Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)
- Corpo de Bombeiros, Exército, Polícia Civil e Polícia Federal

Não perca mais prazos, acesse o sistema pelo seguinte link: www.fiesp.com.br/monitore

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

SAIBA MAIS
www.fiesp.com.br/monitore

Limite de proteção da Floresta do Noroeste Paulista coloca em risco desenvolvimento econômico e social de São José do Rio Preto e Mirassol

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente publicou no dia 12 de fevereiro de 2016, a Resolução SMA nº 19, com a proposta de criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista, localizada nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol.

Pela Resolução, a criação da Floresta Estadual definirá limite de restrições à ocupação, denominada de Zona de Amortecimento, o que colocará em xeque as atividades dos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol.

FIESP, CIESP, Associação do Distrito Industrial Dr. Ulysses da Silveira Guimarães, Associação dos Joalheiros e Relojoeiros do Noroeste Paulista e o Sindicato da Indústria do Mobiliário de Mirassol alertaram em audiência pública, realizada em 2014, que será essencial aprofundar os estudos técnicos e melhor avaliar a viabilidade da criação da unidade para não resultar em cenário de insegurança ao desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, a definição da Zona de Amortecimento, certamente irá se sobrepor ao Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, credenciado provisoriamente no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec) por meio do Decreto nº 61.418 de agosto de 2015, tendo seu credenciamento definitivo ocorrido em janeiro de 2016. Essa sobreposição culmina em restrições conflitantes com as atividades produtivas que ali se instalarão, podendo, inclusive, comprometer o projeto inicial do Parque. Além disso, impactará diretamente as atividades do Distrito Industrial Dr. Ulysses da Silveira Guimarães que abriga atualmente 32 empresas de diversos segmentos e, futuramente, fará limite com o Polo Joalheiro de São José do Rio Preto.

Esses limites também envolvem as áreas industriais do município de Mirassol, além de impor restrições ao Distrito Industrial Waldemar Verdi, principal distrito de Rio Preto,

com aproximadamente 100 empresas instaladas dos mais diversos setores (químico, fundição, autopeças, moveleiro, entre outros).

As áreas industriais do Distrito Industrial Dr. Ulysses da Silveira Guimarães, Polo Joalheiros de São José do Rio Preto e Distrito Industrial Waldemar Verdi respondem por aproximadamente 5.000 empregos diretos que correspondem a 20% do total de empregos de São José do Rio Preto e cerca de 25% da massa salarial, fatores que embasam preocupação em um momento tão sensível para a economia e a manutenção dos postos de trabalho e da produção.

Para as entidades representativas da indústria, a decisão sobre os limites da futura Floresta Estadual Noroeste Paulista, deverá levar em consideração as especificidades do território e ponderar os riscos efetivos aos ecossistemas remanescentes e as necessidades sociais e econômicas locais e regionais.

Em vista disso, o Ciesp de São Jose do Rio Preto, por meio de seu diretor regional Luiz Fernando Lucas declara ser a favor da Floresta Estadual e da preservação dos recursos naturais, porém que isso não atrapalhe as empresas já estabelecidas em nossas cidades e gere perda de mais empregos.

Considerando o Artigo 10 do Decreto Estadual nº 60.302/2014 que estipula um prazo de 15 dias, a partir da publicação da resolução do Secretário de Meio Ambiente, com indicação da categoria da unidade de conservação a ser criada, os interessados poderão impugnar sua criação. Visto isso, as entidades representativas da indústria encaminharam uma manifestação à Secretária de Meio Ambiente, favorável à criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista, entretanto, que seja feita de forma a não prejudicar as atividades econômicas ali existentes, e aguardam a apreciação da Secretária.

DMA faz palestras sobre as mudanças na nova norma ISO 14001

Com o objetivo de orientar as empresas neste processo de transição, o DMA realizou palestras em Americana e Bauru, apresentando as principais alterações e seus desdobramentos. O tema também foi abordado em documento elaborado pelo departamento, o qual pode ser acessado pelo website da Fiesp e do Ciesp.

Há previsão de novas palestras. Para maiores informações contate o Ciesp local.

O documento na íntegra com todas novidades da nova versão está disponível no endereço: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/iso-140012015-saiba-o-que-muda-nanova-versao-da-norma/>



Setores de óleos comestíveis, filtros automotivos e embalagens de agrotóxicos renovam acordo de logística reversa

O setor de óleo comestível renovou o acordo de logística reversa de seus produtos com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb). Também renovaram seus acordos, em 21 de dezembro de 2015, os setores de filtros automotivos e de embalagens de agrotóxicos.

Pelo setor de óleos comestíveis, a assinatura dos novos Termos de Compromisso de Responsabilidade Pós-Consumo foi feita pelo Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados no Estado de São Paulo (Sindóleo, filiado à Fiesp) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV) e a Associação Nacional de Distribuidores

de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) renovaram o compromisso do setor de embalagens de agrotóxicos. O compromisso do setor de filtros automotivos foi firmado pela Associação Brasileira das Empresas de Filtros e seus Sistemas Automotivos e Industriais (Abrafiltros).

As assinaturas ocorreram de acordo com a Resolução SMA nº 45/2015, que define novas diretrizes para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado. A principal mudança condiciona a emissão ou renovação de licenças de operação concedidas pela Cetesb ao cumprimento da resolução. Em vigor desde 1º de janeiro, os termos têm validade de quatro anos.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

COMUNICADO DA FIESP E DO CIESP SOBRE O AUMENTO DO VALOR DOS PREÇOS DAS LICENÇAS AMBIENTAIS DA CETESB

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- Cetesb publicou em 28/12/2015 a Decisão de Diretoria nº315/2015/C sobre novo procedimento relativo ao cálculo de preços de licenciamento, que alterou a definição de "área integral da fonte de poluição", ampliando a sua área de abrangência, antes restrita à fonte de poluição, para a área total do terreno do empreendimento.

A receita da Cetesb com licenciamentos subiu 33% ante igual período do ano passado, no primeiro bimestre de 2016, segundo informações obtidas pelo jornal Diário Comércio Indústria & Serviço (DCI), publicado em 16/03/16, por meio da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo.

As preocupações apontadas pelos associados da Fiesp/Ciesp, bem como as análises técnicas e jurídicas que promovemos, demonstram que a alteração no cálculo do preço da licença resulta em uma série de prejuízos econômicos e divergências procedimentais.

Por meio da simulação com base em licenças existentes, calculamos que a elevação no preço das licenças tem variação entre 60% e mais de 1.000%, cabendo ressaltar que devido as peculiaridades de cada empreendimento, não se pode determinar exatamente o acréscimo no valor das licenças.

Diante deste cenário, solicitamos à Cetesb a imediata revisão da Decisão de Diretoria, para adequar o conceito de "área integral da fonte de poluição" nos moldes originalmente estabelecidos pelo Decreto nº 8.468/76 e outras alterações legais, devido a inconsistência do novo conceito adotado, desproporcionalidade dos valores resultantes de sua aplicação e dificuldades práticas de aplicação do regimento instituído.

Com isso, aguardamos manifestação da Cetesb quanto a revisão solicitada, para então definirmos a melhor forma de encaminhamento desta demanda dos setores industriais.

São Paulo, 21 de março de 2016.

Fóruns Ambientais

Federais

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica de Cobrança

Como desdobramento do seminário que discutiu a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, definiu-se que será priorizada a elaboração de norma que complemente a Resolução CNRH nº 48 no que se refere a revisão de mecanismos e valores e aplicação de recursos. Já há discussão da proposta de resolução que definirá valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas circunscritas a unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, aguardará o parecer da procuradoria do órgão gestor do Rio de Janeiro.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Reunião realizada para encaminhamento das ações pós COP 21 com base na análise dos resultados do Acordo de Paris e compromissos brasileiros submetidos à Convenção Quadro de Mudança do Clima.

Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)

Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas

O Relatório preliminar do Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) foi apresentado e discutido em reunião.

Área de Proteção Ambiental – Itupararanga

Foi apresentado o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) do projeto de extração de areia e argila da empresa Votorantim Cimentos na reunião do Reunião do Conselho Gestor da APA Itupararanga.

Área de Proteção Ambiental – Corumbataí Botucatu Tejuapá/ Perímetro Tejuapá

Os conselheiros da APA e os órgãos de fiscalização e controle do Estado se reuniram para analisar as ações e procedimentos do Departamento de Estradas de Rodagens (DER) para minimização dos impactos ambientais provocadas por construção e reforma das rodovias.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Reunião realizada para a avaliação e contribuição da minuta de partes do Relatório de Situação 2013-2014, alinhando as terminologias e assuntos afetos ao

gerenciamento de recursos hídricos, com destaque a solicitação da Fiesp e Ciesp de inclusão da descrição dos impactos da crise hídrica aos usuários do segmento sociedade civil.

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

Reunião realizada para a elaboração de relatório sobre "Viabilidade do Financiamento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pelo FEHIDRO e outras fontes", com discussão específica sobre as definições de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e opções de fundos de financiamento de projetos nesse sentido.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável

Na reunião foi dado prosseguimento aos estudos com a conclusão das propostas sobre Resíduos Sólidos e início da discussão sobre a legislação que trata de licenciamento ambiental.

Comitês de bacias hidrográficas

Federais

Enquadramento dos corpos d'água

Os comitês Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) se reuniram para debater encaminhamentos quanto ao enquadramento do Rio Jundiaí. O setor industrial posicionou-se quanto a necessidade de aprofundamento do assunto, adequação à legislação e envolvimento dos usuários.

Restrição de outorgas

Os comitês PCJ se reuniram para elaborar moção visando a alteração da portaria do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que trata da fiscalização das regras de restrição de outorgas. O setor industrial formalizou consulta aos organismos gestores quanto a suspensão das restrições de outorga em virtude dos níveis atuais dos reservatórios do Sistema Cantareira.

Gestão de Investimentos

Os comitês PCJ se reuniram para análise dos projetos a serem financiados em 2016.

Estiagem

Os comitês PCJ se reuniram para analisar os níveis de abastecimento da região, ocorrências do mês e perspectivas para o período de estiagem.

Uso racional da água

Os comitês PCJ se reuniram com o Consórcio PCJ para

troca de experiências acerca das tecnologias e práticas quanto ao uso racional da água em Israel.

Processo Eleitoral

O comitê Grande reuniu grupo de trabalho para discutir as ações relacionadas a seu Processo Eleitoral.

Plano Integrado de Recursos Hídricos

O comitê do Rio Grande reuniu grupo técnico para dar continuidade a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos.

Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) discutiu a operacionalização de redução das vazões mínimas defluentes dos reservatórios até 31 de março de 2016.

Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG)

Reunião realizada no Rio de Janeiro/RJ, que analisou a proposta de revisão do contrato de gestão entre a Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a Agência Nacional de Águas (ANA), no qual o Comitê é o interveniente.

Estaduais

Gestão de Investimentos

Os comitês Alto Tietê (CBH-AT), Turvo Grande (CBH-TG), Mogi Guaçu (CBH-Mogi), Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG), Pardo (CBH-Pardo), Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) e Alto Paranapanema (CBH-Alpa) se reuniram para definir os critérios para hierarquização dos pleitos submetidos a financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2016.

Termo de Referência

O comitê Alto Tietê (CBH-AT) elaborou termos de referência visando a contratação de empresa de Recursos Humanos para a seleção de candidatos ao cargo de Diretor Presidente da FABHAT, e também para empreendimentos que pleitearão recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2016 com base em projetos de monitoramento hidrológico.

Regimento interno

O comitê do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) se reuniu para revisão do Estatuto do Comitê e a agenda para elaboração do regimento interno. A sociedade civil, com apoio dos usuários, propôs encaminhar para a plenária alteração na composição do comitê com vistas a adequar a representatividade dos usuários, sociedade civil e setor público ao que está previsto na Lei 9433/97 e seus regulamentos.

O comitê Alto Paranapanema (CBH-Alpa) também discutiu o início dos trabalhos para revisão do estatuto e regimento interno do comitê.

Preservação

O comitê Pontal do Paranapanema (CBH-PP) reuniu grupo técnico de proteção de mananciais para discussão das ações de recuperação de áreas de preservação ambiental em córregos que estão localizados na cabeceira do Rio Santo Anastácio que fornece água para Presidente Prudente.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Diretoria Regional Ciesp

DR Alta Paulista

Reunião com a coordenação local para definir ações para o primeiro semestre de 2016. Dentre as propostas estão a realização das palestras da ISO 14001-2015 e Produção e Consumo Sustentável.

DR São José do Rio Preto

O DMA realizou palestra na reunião de diretoria sobre o Calendário de Obrigações Ambientais 2016, MONITORE - Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais e sobre os procedimentos de Licenciamento, autorizações ambientais e alterações dos preços das licenças.

Grupos de Meio Ambiente

DR Limeira

Reunião mensal para levantamento junto aos associados, das outorgas pendentes e elaboração de ofícios solicitando maior celeridade à análise dos processos pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Na ocasião também foi discutida a realização do workshop de melhores práticas a ser realizado em parceria com a Cetesb-Limeira. Os membros apresentaram seus planos de negócios, destacando o levantamento dos tipos de resíduos recicláveis, quantidade gerada em cada empresa e alternativas de disposição.

DR Jundiaí

A reunião contou com a presença do Comandante e Sargento do 12º Grupo de Artilharia de Campanha, especialista em certificados de produtos controlados pelo exército, que prestou esclarecimentos sobre os referidos documentos. Na oportunidade, também foi discutida a proposta da CETESB para atualização de enquadramento do rio Jundiaí em discussão nos Comitês PCJ.

DR Santa Bárbara d'Oeste

Reunião para elaboração de minuta de evento em parceria do CIESP e SENAI para questões hídricas e geração de energia.

DR Bauru

Reunião em que foram discutidos o calendário de atividades 2016, a implementação da cobrança pelo uso da água no CBH- TJ, os Prêmios Excelência Empresarial e Mérito Ambiental e a nova ISO 14001:2015.

DR Presidente Prudente

Reunião para discussão sobre Logística Reversa, acordo setorial e termos de compromissos vigentes, bem como promovido o Prêmio Mérito Ambiental da Fiesp.

DR Americana

Reunião ordinária para discutir as novas legislações ambientais, reajustes de taxas ambientais e mudanças na ISO 14001:2015.

DR Cotia

O DMA realizou palestra na reunião do Grupo de Meio Ambiente sobre o Calendário de Obrigações Ambientais 2016 e MONITORE - Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais. Na ocasião, o gerente da CETESB da Agência Ambiental do Embu das Artes, Sr. Celso fez esclarecimentos sobre os procedimentos de Licenciamento, autorizações ambientais e alterações dos preços das licenças.

Outros eventos**Prêmio Responsabilidade Socioambiental**

O DMA como membro da Comissão Indicadora do Prêmio Responsabilidade Socioambiental, de realização da Câmara Municipal de São Paulo, participou de reunião para indicação dos representantes/entidades que serão homenageados pelas suas ações na área ambiental.

Audiência Pública sobre as ameaças ao Licenciamento Ambiental

Realizada pelo Ministério Público Federal, foram discutidas as propostas de alteração do licenciamento ambiental no Brasil em curso no Congresso Nacional e no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

I Seminário Águas Subterrâneas

Evento realizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí-Mirim/Grande com o intuito de divulgar informações acerca dos aspectos que caracterizam os aquíferos, a dinâmica, a qualidade e a quantidade das águas subterrâneas e processos que provocam sua poluição.

Palestra: Água, gerenciar para não faltar

O DMA ministrou palestra aos funcionários da Usina São Luiz em Ourinhos/SP em comemoração ao Dia Mundial da Água.

Fórum Catarinense de Preservação da Água

O DMA ministrou palestra em evento realizado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em comemoração ao Dia Mundial da Água.

POLLUTEC BRASIL - Feira Internacional de Tecnologias e Soluções Ambientais

A Fiesp esteve presente na POLLUTEC BRASIL - Feira Internacional de Tecnologias e Soluções Ambientais. Foram divulgados os trabalhos desenvolvidos pela Fiesp e pelo Ciesp na área de proteção e soluções ambientais.

Legislação Ambiental**Diplomas Legais recentes****Federal****Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 4, de 8 de dezembro de 2015**

Cria o Comitê técnico para eficiência energética com o objetivo de propor estratégias para a promoção da eficiência energética, bem como sua inserção no conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável no País.

Resolução CNRH nº 175, de 9 de dezembro de 2015

Estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST), para o mandato de 1/12/2015 a 30/11/2017.

Instrução Normativa DPRF nº 64, de 22 de dezembro de 2015

Dispõe sobre as informações mínimas que devem constar no auto de infração, prazos e procedimentos para apresentação de defesa da autuação e de recurso de penalidade de multa, por infrações ao Regulamento para Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução ANA nº 132, de 22 de fevereiro de 2016

Estabelece critérios complementares de classificação de barragens reguladas pela Agência Nacional de Águas - ANA, quanto ao Dano Potencial Associado (DPA), com fundamento no art. 5º, §3º, da Resolução CNRH nº 143, de 2012, e art. 7º da Lei nº 12.334, de 2010.

Portaria ICMBio nº 14, de 22 de fevereiro de 2016

Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape e Peruíbe/SP.

Instrução Normativa Ibama nº 1, de 23 de fevereiro de 2016

Estabelece os procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental de Instalações Radiativas a serem realizados no âmbito do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 151, de 7 de março de 2016

Revoga o art. 3º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 910, de 7/7/2014 e a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 1.672, de 17/11/2014 referente a autorização de utilização de volumes armazenados nos reservatórios dos aproveitamentos que constituem o Sistema Equivalente situados em níveis inferiores aos mínimos operacionais.

Portaria Inmetro nº 100, de 7 de março de 2016

Aprova os Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III- Declaração Ambiental de Produto (DAP).

Projetos de lei (PL)

PLS nº 58/2016 - Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5/1/2007,

que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10/7/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12/2/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8/1/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

PLS nº 54/2016 - Altera a Lei nº 9.605, de 12/2/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo.

PLS nº 34/2016 - Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias nos empreendimentos que desenvolvam atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

PLS nº 22/2016 - Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25/7/1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a poluição ambiental com resultado morte, e o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12/2/1998, para dobrar a pena se da poluição resultar morte.

PL nº 4.550/2016 - Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25/5/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

PL nº 4.508/2016 - Altera a Lei nº 12.651, de 25/5/2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar o apascentamento de animais em área de Reserva Legal.

PL nº 4.429/2016 - Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.

PL nº 4.416/2016 - Altera o texto do § 4º e acresce o § 6º ao art. 25 da Lei nº 9.605, de 12/2/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e trata da destinação de produtos e subprodutos apreendidos derivados de condutas lesivas ao meio ambiente.

PL nº 4.287/2016 - Altera a Lei nº 12.334, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens.

PL nº 4.286/2016 - Altera a Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre o valor das multas

em caso de desastre ambiental.

PL nº 4.285/2016 - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para equiparar a resíduos perigosos os rejeitos de mineração depositados em barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento e para prever a utilização de instrumentos econômicos para a redução de geração e o aproveitamento desses rejeitos e o desenvolvimento de tecnologias de maior ganho social e menor risco ambiental.

Estadual

Decreto nº 61.822, de 29 de janeiro de 2016

Altera o Decreto nº 61.792, de 11/1/2016, que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 15, de 11 de fevereiro de 2016

Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19/9/2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11/3/2003.

Resolução SMA nº 18, de 12 de fevereiro de 2016

Dispõe sobre a estrutura e as funções do Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Resolução SMA nº 17, de 12 de fevereiro de 2016

Cria a Comissão encarregada da criação e ampliação das áreas protegidas do Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 19, de 12 de fevereiro de 2016

Dispõe sobre os procedimentos preparatórios para a criação da Floresta Estadual do Noroeste Paulista, localizada nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol.

Resolução SMA nº 23, de 17 de fevereiro de 2016

Estabelece procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação no âmbito do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2016, e revoga as Resoluções correlatas.

Resolução SMA nº 24, de 19 de fevereiro de 2016

Institui a Coordenação e os Comitês de Apoio Executivo à Gestão de Resíduos Sólidos do Sistema Ambiental Paulista, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a fim de integrar as ações relacionadas à Política Estadual de Resíduos Sólidos.



Estão abertas as inscrições para o treinamento Cadastro Técnico Federal

Inscriva-se no site: <http://www.fiesp.com.br/agenda/treinamento-para-cadastro-tecnico-federal-ctf/>

O Cadastro Técnico Federal é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. O evento, realizado no Ciesp, tem como objetivo realizar treinamento teórico e prático para o preenchimento online do Cadastro Técnico Federal, onde serão abordados assuntos como: a legislação pertinente ao cadastro; quem é obrigado a se inscrever e como realizar a inscrição; como saber se a empresa está regular; a importância de manter o registro atualizado; acesso ao sistema do Ibama.



Calendário ambiental

Até 05 de maio de 2016

Cadastro Ambiental Rural – CAR

A quem se aplica: Todos os imóveis rurais, conforme Decreto Federal 8.235/2014 e a Instrução Normativa MMA 02/2014, e os procedimentos da Lei Estadual 15684/2015.

Como fazer: Todas as propriedades e posses rurais do Estado de São Paulo devem cadastrar-se somente pelo sistema de Cadastro Ambiental paulista, o SiCAR-SP (www.ambiente.sp.gov.br/sicar/). Não devem ser realizados cadastros de imóveis paulistas por meio do software disponibilizado pelo Governo Federal, pois os cadastros realizados através do SiCAR-SP são migrados para o SiCAR nacional, banco de dados único para todo o país. Os imóveis rurais paulistas têm até o dia 05.05.2016 para fazer sua inscrição no SiCAR-SP.

Agenda DMA

Acompanhe a seguir a agenda com as próximas atividades programadas do DMA

Treinamento

Preenchimento Cadastro Técnico Federal (CTF) :

Dia 03 de maio, DR de Marília

Rua Araraquara, 315 – Marília/SP

Inscrições:

<http://apps.fiesp.net/fiesp/newsletter/2016/dma/cadastro-tecnico-federal/20160304-marilia/ctf-marilia-040316.html>

Dia 04 de maio, DR Distrital Sul

Rua Bernardino de Campos, 145 – São Paulo/SP

Inscrições:

<http://apps.fiesp.net/fiesp/newsletter/2016/dma/cadastro-tecnico-federal/20160304-distrital-sul/ctf-distrital-sul-040316.html>

Palestra

Dia 19 de abril, DR de Indaiatuba

17h30 (café e credenciamento)

Tema:

NBR ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental - Principais Alterações

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.



FIESPAMBIENTAL

twitter.com/FiespAmbiental